



**ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA
DA CÂMARA MUNICIPAL DE VALE DE CAMBRA,
DE 24 DE MARÇO DE 2026**

N.º 12/2026 (Quadriénio 2025/2029)

Aos vinte e quatro dias do mês de março do ano de dois mil e vinte e seis, pelas nove horas e trinta três minutos, no Salão Nobre do edifício dos Paços do Concelho reuniu o órgão executivo do Quadriénio 2025-2029: -----

COM AS SEGUINTE PRESENCAS:-----

-Do CDS/PP: O Sr. Presidente da Câmara Municipal, André Agostinho Martins da Silva, que presidiu à reunião, o vereador, Sérgio Miguel dos Santos Soares, e a vereadora Mónica Pinto Seixas; -----

Do PPD/PSD, os vereadores, José Miguel de Vasconcelos Aguiar Soares, -----

Mafalda Sofia Soares Ferreira e Vítor Manuel Ribeiro Tavares; -----

Do PS, o vereador Nelson da Silva Martins.-----

COM A SEGUINTE ORDEM DE TRABALHOS:-----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

a) Ata da reunião ordinária de 10 de março de 2026, dando-se por conforme a minuta então aprovada e respetiva publicitação;-----

b) Assuntos gerais de interesse autárquico.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – Avaliação Patrimonial. Valor Razoável e Vidas Úteis Remanescentes de Bens Imóveis (Obras Civas) dos Sistemas de Rede de Abastecimento de água e Saneamento – Relatório Preliminar;-----

2 – Pedido de Transporte: Sociedade Artística de Vale de Cambra;-----

2026.03.24

3 - Pedido de Transporte: Banda Junqueirense;-----

4 – Pedido de Transporte: Grupo Etnográfico Terras de Cambra;-----

5 - Pedido de Transporte: CDC Macieira de Cambra;-----

6 – Atribuição de Bolsas de Estudo aos/às alunos/as do Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior:-----

7 - Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa – “FEIRA DOS 16”;-----

8 – Reversão de Parcela de Terreno – Processo de Obras SISTOP, Lda.-----

9 – Apoio ao Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões – ERPI;-----

10 – Pedido de Cedência de Espaço Público – Rede de Fibra Ótica;-----

11 - Informações e outros Processos;-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo).

Aprovação, em minuta, das deliberações tomadas na reunião.-----

O SR. PRESIDENTE, ANDRÉ AGOSTINHO MARTINS DA SILVA, DECLAROU

ABERTA A REUNIÃO: -----

O Sr. Presidente propôs a aprovação de um voto de pesar pelo falecimento da Sr^a. Ana Maria Tavares, mãe do colaborador Daniel Fernando Tavares da Silva. -

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar o voto de pesar, devendo este ser transmitido ao colaborador e respetiva família. -----

- PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA: -----

a) ATA DA REUNIÃO ORDINÁRIA DE 12 DE MARÇO DE 2026: -----

A Câmara Municipal deliberou aprovar a ata da reunião ordinária de 10 de março de 2026, por unanimidade, dando-se por conforme a minuta então aprovada e respetiva publicitação;-----

b) ASSUNTOS GERAIS DE INTERESSE AUTÁRQUICO:

O Sr. Presidente deu a palavra aos vereadores: -----



MUNICÍPIO DE VALE DE CAMBRA

2026.03.24

CÂMARA MUNICIPAL

A vereadora Mónica Seixas deu nota de ter sido eleita Presidente da CPCJ para o mandato 2025–2028, tendo nomeado como secretária a Dra. Eugénia Coutinho, da Santa Casa da Misericórdia de Vale de Cambra.-----

Informou que, entre 28 de março e 30 de maio, decorrerá a 14.ª edição do Festival de teatro ENTRAI, iniciativa que visa promover o teatro amador e que contará com a participação de vários grupos, convidando os presentes a comparecer na sessão de abertura do evento.-----

Acrescentou ainda ter estado presente no Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da Área Metropolitana do Porto, onde manifestou a sua preocupação com a resposta dirigida às pessoas com deficiência e às que vivem com doença mental, e à importância desta resposta ficar refletida nas necessidades sociais identificadas, para que haja uma maior intervenção.-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira felicitou a vereadora Mónica Seixas pela sua eleição como Presidente da CPCJ de Vale de Cambra, desejando que, juntamente com a Dra. Eugénia, desenvolvam um excelente trabalho.-----

O vereador Nelson Martins felicitou igualmente a vereadora Mónica Seixas pela sua eleição como Presidente da CPCJ, desejando-lhe um excelente desempenho numa área tão relevante para a sociedade como a dos jovens.-----

Informou ter estado em 11/03 numa reunião online com a E-Redes, para efeitos da definição da passagem de infraestruturas de corrente elétrica pelos territórios de Vale de Cambra e Sever do Vouga, tendo nesse âmbito, pedido ao Sr. Presidente, escusa no processo decisório, uma vez que é proprietário de um terreno no qual a empresa decidiu, de forma unilateral, realizar a passagem da linha de distribuição.-----

Mais informou que no dia 20/03, juntamente com a Chefe da DASE, esteve numa reunião de vereadores da Educação, na Área Metropolitana do Porto, na qual foram abordados entre outros, o tema da oferta formativa a nível profissional,

2026.03.24

sendo, nesse âmbito, referido que se perspectivava a redução do número de turmas no município, prevendo-se a agregação de cursos sob uma mesma designação e com funcionalidades semelhantes, dando como exemplo a integração dos cursos de “Pastelaria”, “Mesa e Bar” e “Restauração” numa única oferta formativa, dado que, uma das principais condicionantes se prende com o facto de existir apenas um Agrupamento de Escolas no município, o que poderá inviabilizar o funcionamento de meias turmas, situação que poderia levar os jovens a procurar oferta formativa fora do concelho. Acrescentou, que o processo se encontra suspenso, uma vez que a Senhora Vice-Presidente da CCDR Norte, com responsabilidade na área da educação, apenas tomará posse em meados de abril.-----

Informou ainda, que no dia 21 de março, esteve presente no CAE numa iniciativa privada intitulada “Parent Talks”, dirigida a jovens pais. Referiu igualmente ter participado, no dia 23 do mesmo mês, no Centro Escolar do Búzio e na Escola Luiz Bernardo de Almeida, na entrega de livros aos alunos do 4.º ano, no âmbito da obra “Tesouro das Montanhas Mágicas”, uma publicação da ADRIMAG em colaboração com os sete municípios parceiros.-----

No que diz respeito à mobilidade e trânsito, referiu ter realizado uma visita ao parque de estacionamento subterrâneo, juntamente com técnicos da DOME, na sequência da qual tinha sido elaborado um relatório informal, do qual se destacavam os seguintes pontos:-----

- A laje de cobertura encontra-se dimensionada para uma carga de 8.000 kg/m²;-----
- Foi elaborado o documento “Medidas de Auto-Proteção de Segurança Contra Incêndio em Edifícios Municipais”, o qual será analisado em sede de Proteção Civil; -----



- Encontra-se em fase de adjudicação o procedimento “Reparação do Sistema de Insuflação e Extração de Ar do Parque de Estacionamento Subterrâneo de Vale de Cambra”;

Referiu que, no dia 5 de março, tinha sido celebrado o contrato relativo ao procedimento “Fornecimento e Instalação de Componentes para Grupo de Bombagem no Parque Subterrâneo de Vale de Cambra”;

Informou que tinham sido emitidas as pré-RQI com vista à reparação dos dois elevadores;

No âmbito do procedimento “Manutenção Preventiva de Equipamentos e Sistemas de Segurança Contra Incêndios em Edifícios Municipais”, indicou que se encontrava agendada para o dia 7 de abril de 2026, pelas 09h00, a manutenção de todos os equipamentos de segurança contra incêndios.

Acrescentou, que na sequência da reclamação apresentada por um encarregado de educação, no dia 14 de março, através de contacto telefónico e via correio eletrónico, tinha sido efetuada uma participação à TMP, dando conta de que a empresa XERBUS, responsável pelo transporte de alunos, estaria a sobrepor duas linhas. Referiu, que segundo o reclamante, o seu educando, residindo a cerca de 4 km da escola sede, percorria aproximadamente 16 km de autocarro, situação que ocorria há cerca de um mês e meio, sem que o transportador tivesse previamente informado os utentes. Por fim, referiu que se aguardavam mais informações, com vista à melhoria da situação em benefício dos utentes e do município, enquanto entidade pagadora.

Relativamente às intervenções junto dos estabelecimentos de ensino, informou que tinha tido início, na semana anterior, a implementação de um projeto destinado a mitigar constrangimentos ao nível do estacionamento junto ao Centro Escolar do Búzio. Referiu, que no sentido ascendente, estava a ser privilegiado o espaço para paragens de curta duração, enquanto no sentido descendente

2026.03.24

estavam a ser executadas marcações para paragem e estacionamento. Acrescentou, que apesar de a intervenção estar planeada há algum tempo, apenas naquele momento se tinham reunido as condições meteorológicas, bem como a disponibilidade de materiais e recursos humanos necessários à sua execução. Indicou ainda, que numa fase seguinte, serão realizadas intervenções na saída do parque de estacionamento da escola sede do Agrupamento de Escolas do Búzio para a Avenida Dr. António Fonseca.-----

Enalteceu o empenho de todos os colaboradores, salientando que sem o seu contributo não teria sido possível dar continuidade aos projetos em curso.-----

Terminou fazendo referência à ocorrência mencionada na RCM de 24/02/2026, relacionada com o serviço de refeições, esclarecendo não terem sido 80, mas sim 12, os utentes que consumiram a refeição.-----

O vereador Vítor Tavares começou por felicitar a vereadora Mónica Seixas pelo novo compromisso. Informou que as casas de banho do cemitério de Vila Chã se encontravam encerradas há já bastante tempo, situação que tem gerado várias reclamações por parte da população. Referiu ainda, que considerando o contrato administrativo existente entre a Câmara Municipal e a União das Freguesias, o cemitério deveria apresentar melhores condições de manutenção. Por fim, questionou qual era a situação da parcela de terreno sobrante localizada em frente à Santa Casa da Misericórdia.-----

O vereador Miguel Aguiar Soares após felicitar a vereadora Mónica Seixas pela eleição, referiu ter recebido um pedido das gentes de Arões, mais concretamente de Paraduça, no sentido de, tendo já sido iniciada a obra de finalização da estrada, a mesma fosse prolongada até Cabrum, evitando que esse troço ficasse por concluir.-----

Mencionou ainda, que estando prestes a iniciar-se um novo trimestre da programação do CAE, não tinham ainda recebido qualquer informação ou



esclarecimento sobre o assunto. Reiterou, por isso, o pedido de disponibilização do plano de atividades do CAE, acompanhado da respetiva estimativa orçamental, bem como da definição da política de contratualização de artistas. Por fim, manifestou preocupação com a saúde financeira do município, tendo em conta o volume acumulado de pagamentos e o seu ritmo crescente, solicitando a disponibilização do mapa de receitas, de modo a permitir uma análise mais rigorosa da atividade da Câmara Municipal.-----

O Sr. Presidente começou por felicitar a vereadora Mónica Seixas, agradecendo a sua disponibilidade e desejando-lhe sucesso nas suas funções.-----

Em resposta ao vereador Vítor Tavares disse que será enviada à Presidente da Junta da União das Freguesias de Codal, Vila Chã e Vila Cova de Perrinho uma nota sobre a conservação do cemitério. Quanto à parcela de terreno junto à Santa Casa da Misericórdia, explicou que houve uma reclamação de um munícipe que foi analisada e respondida. Como não houve resposta posterior dentro do prazo, o processo avançou para a cedência do terreno, esperando-se a sua conclusão em breve. -----

Relativamente às intervenções do vereador Miguel Aguiar Soares, informou que o relatório sobre o CAE que lhe tinha sido entregue estava incompleto, tendo solicitado novo documento, que será disponibilizado logo que esteja pronto. Acrescentou ainda que a programação do CAE para o próximo trimestre já se encontrava definida, seria apresentada na próxima reunião e, a seguir, divulgada publicamente. Em relação ao mapa de receitas e despesas, este seria entregue logo que o departamento financeiro o disponibilizasse. -----

Relativamente à estrada de Paraduça a Cabrum, referiu que se trata de uma possibilidade que poderá ser considerada no futuro, não sendo, contudo, viável no imediato, dado já se encontrarem planeadas diversas intervenções ao nível das

2026.03.24

pavimentações. Ainda assim, salientou o interesse do executivo na concretização deste troço.-----

- PERÍODO DA ORDEM DO DIA:

1 – AVALIAÇÃO PATRIMONIAL. VALOR RAZOÁVEL E VIDAS ÚTEIS REMANESCENTES DE BENS IMÓVEIS (OBRAS CIVIS) DOS SISTEMAS DE REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA E SANEAMENTO – RELATÓRIO PRELIMINAR:-----

--- Processo Medidata n.º 1570/26 ---

Transcreve-se a informação prestada pela técnica superior Idalina Brandão e corroborada pelo chefe da DFP, Rui Valente:-----

“Existem no Município de Vale de Cambra diversas infraestruturas de abastecimento de água e de saneamento, nomeadamente condutas de rede, reservatórios, estações de tratamento, coletores, etc, as quais não se encontram valorizadas no Inventário Municipal.-----

Por serem antigas, desconhecemos os custos de construção das mesmas.-----

Desta situação, resultaram reservas por parte da ERSAR, em cada validação dos reportes de contas anuais (informação financeira das atividades de abastecimento de água, saneamento de águas residuais e resíduos sólidos, das quais a Câmara Municipal de Vale de Cambra é a entidade gestora e legalmente obrigada a prestar contas à ERSAR).-----

Através de Ajuste Direto nº 69/2025, foi solicitada a avaliação destes ativos à empresa KROLL- Advisory Portugal.-----

Em anexo os Relatórios da Avaliação. -----

Com a inclusão no Património Municipal dos valores desta avaliação, irá resultar um saldo, que se espera positivo, o qual afeta os capitais próprios do Município (Balanço).-----

Solicitamos a aprovação superior desta modificação no Inventário do Património Municipal.”-----



A Vereadora Mafalda Sofia Ferreira, questionou se não existiriam, em Vale de Cambra, pessoas com capacidade para realizar a avaliação ou inclusivamente, se o município não dispunha de técnicos habilitados para o efeito. Reforçou ainda a importância de se priorizarem, sempre que possível, as equipas e empresas do concelho.-----

O Senhor Presidente manifestou total concordância, acrescentando, que no que respeita à aquisição de bens, serviços e outras prestações, tem havido o cuidado de privilegiar entidades do concelho, naturalmente em cumprimento de todas as normas aplicáveis em matéria de contratação pública.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a modificação no Inventário do Património Municipal, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

2 – PEDIDO DE TRANSPORTE: SOCIEDADE ARTÍSTICA DE VALE DE CAMBRA:-----

--- Processo Medidata n.º 2105/26 ---

Transcreve-se a informação de 9 de março, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Após receção de pedidos de apoio à Câmara Municipal para a disponibilização de transporte informamos que os pedidos de transporte abaixo descritos se enquadram no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, “Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às Instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal”. Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como para o cumprimento dos seus planos de atividade (...) -----

Entidade	Data	Deslocação	Valor
Sociedade Artística – Banda de Vale de Cambra	2 de Agosto	Vila Nova de Cerveira	680,00 € + IVA

2026.03.24

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do Anexo I da Lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição do apoio solicitado.”-----

O vereador Miguel Aguiar Soares afirmou que a sua bancada apoiava todas as medidas que contribuíssem para o desenvolvimento da atividade das associações, observando no entanto, que no que se refere aos transportes, estes apresentam sempre o mesmo valor.-----

O Sr. Presidente respondeu que os transportes funcionam por lotes, existindo um determinado número de viagens associado a um valor específico, o qual é enquadrado em função dos pedidos de cada associação. Sublinhou que o valor não é igual para todos e que depende sobretudo do número de pedidos e não das verbas envolvidas. Especificou ainda que as bandas de música e os clubes desportivos de prática regular federada podem apresentar mais pedidos de transporte do que as associações culturais, recreativas e de lazer.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte à Sociedade Artística – Banda de Vale de Cambra, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

3 - PEDIDO DE TRANSPORTE: BANDA JUNQUEIRENSE:-----

--- Processo Medidata n.º 3239/26 ---

Conforme informação de 9 de março, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira, transcrita no ponto anterior e em conformidade com o quadro: -----

Entidade	Data	Deslocação	Valor
Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense	19 de Abril	Gueifães da Maia - Maia	680,00 € + IVA



A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte à Banda Musical Flor da Mocidade Junqueirense, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo.-----

4 – PEDIDO DE TRANSPORTE: GRUPO ETNOGRÁFICO TERRAS DE CAMBRA:-----

--- Processo Medidata n.º 6057/26 ---

Transcreve-se a informação de 13 de março, prestada pela técnica superior Margarida Henriques e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Após receção de pedidos de apoio à Câmara Municipal para a disponibilização de transporte informamos que o pedido de transporte abaixo descritos se enquadra no âmbito do artigo 16.º do Regulamento dos Transportes Municipais de Vale de Cambra, “Os serviços de transporte ocasional poderão ser concedidos às Instituições legalmente constituídas e estatutariamente reconhecidas pela Câmara Municipal”. Os serviços de transporte ocasional poderão ser cedidos para apoiar a concretização dos fins e objetivos estatutários das instituições bem como para o cumprimento dos seus planos de atividade (...) -----

Entidade	Data	Deslocação	Valor
Grupo Etnográfico Terras de Cambra	6 de Junho	Maiorca – Figueira da Foz	680,00 € + IVA

Nos termos previstos da alíneas u) e p) do número 1, artigo 33 do Anexo 1 da lei 75/2013 de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal (...) apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município (...) pelo que se deixa à consideração da Câmara Municipal a atribuição do apoio solicitado.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a disponibilização de transporte Grupo Etnográfico Terras de Cambra, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

5 - PEDIDO DE TRANSPORTE: CDC MACIEIRA DE CAMBRA:-----

--- Processo Medidata n.º 6472/26 ---

2026.03.24

Transcreve-se a informação de 12 de março, prestada pelo técnico superior Miguel Alves e corroborada pelo chefe da DCDT Artur Ferreira:-----

“Na sequência do pedido de transporte apresentado pelo Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, cumpre-me informar o seguinte:-----

a) O Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra solicitou ao Município a cedência de transporte para a deslocação da equipa feminina de Sub-17 a um jogo a realizar no próximo dia 14 de março de 2026, pelas 15h30, frente à equipa do União 1919;-----

b) A deslocação prende-se com a participação da equipa na fase de apuramento de campeão do Campeonato Interdistrital Sub-17 de Futebol Feminino, tendo sido solicitado apoio para assegurar o transporte da equipa, staff e alguns acompanhantes.-----

c) Considerando o número estimado de cerca de 40 ocupantes, foi consultada a empresa adjudicatária do procedimento de Aquisição de Serviços para Transportes Ocasiais, tendo-se verificado que a realização desta deslocação terá um custo total de 680,00 € (seiscentos e oitenta euros), acrescido de IVA à taxa legal em vigor.-----

d) Importa referir que esta despesa se enquadra no âmbito do Contrato n.º 61/2025, de 3 de julho, referente à Aquisição de Serviços para Transportes Ocasiais, encontrando-se prevista no Lote 2 – Apoio ao Associativismo.-----

e) Considerando que, ao abrigo das alíneas p) e u) do n.º 1 do artigo 33.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, compete à Câmara Municipal apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva ou recreativa de interesse para o município, bem como deliberar sobre a concessão de apoios financeiros ou de outra natureza a instituições legalmente constituídas, entende-se que o presente pedido poderá enquadrar-se neste âmbito.-----



Face ao exposto, solicita-se superior decisão sobre a possibilidade de concessão do apoio ao CDC Macieira de Cambra para a realização desta deslocação.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, ratificar o despacho de 12/03/2026 que deferiu a disponibilização de transporte ao Clube Desportivo e Cultural de Macieira de Cambra, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

6 – ATRIBUIÇÃO DE BOLSAS DE ESTUDO AOS/ÀS ALUNOS/AS DO ENSINO SECUNDÁRIO, PÓS-SECUNDÁRIO E ENSINO SUPERIOR:-----

--- Processo Medidata n.º 6595/26 ---

A chefe da DASE, Paula Ferreira, no seguimento do processo de atribuição de Bolsas de Estudo, nos termos do Regulamento em vigor e, após a análise das candidatura e audiência dos interessados, propõe a aprovação da Lista Definitiva, conforme informação de 04/03/2026 prestada pela Técnica Superior Helena Nunes.-----

“Nos termos previsto no artigo 11º do Regulamento de Atribuição de Bolsas de Estudo aos/às alunos/as do Ensino Secundário, Pós-Secundário e Ensino Superior, deixamos à consideração da Câmara Municipal que delibere sobre a aprovação da lista definitiva de bolseiros/as do Ensino Secundário, ano letivo de 2025- 2026, conforme informação técnica que anexa e de acordo com o seguinte:

- A aprovação da lista definitiva de bolseiros/as do Ensino Secundário, ano letivo de 2025- 2026 num total de 22 – Na deliberação da Reunião de Câmara de 16.09.2025 foram aprovadas um total de 20 bolsas para o ensino secundário, no entanto considerando-se a existência de verba e de mais 2 bolseiros elegíveis para a obtenção da referida bolsa, deixa-se à consideração de V. Ex. a aprovação. -----

- A aprovação da lista definitiva de bolseiros/as do Ensino Pós-Secundário, ano letivo de 2025-2026 num total de 3; -----

2026.03.24

- A aprovação da lista definitiva de bolseiros/as do Ensino Superior, ano letivo de 2025-2026, num total de 28.-----

A cabimentação da despesa está aprovada conforme deliberação de 16 de setembro de 2025, que se anexa.”-----

O vereador Miguel Aguiar Soares felicitou os alunos que obtiveram bolsas, sugerindo que o Gabinete de Apoio possa facilitar e prestar acompanhamento às famílias na instrução do processo. Alertou para o risco de os alunos não verem o seu mérito reconhecido por motivos de natureza burocrática, acrescentando que tais falhas poderão estar associadas a níveis insuficientes de literacia por parte de alguns encarregados de educação, no acesso a este tipo de benefício.-----

A vereadora Mónica Seixas afirmou que concordava inteiramente com a sugestão apresentada, acrescentando que a preocupação já se encontrava acautelada. Explicou que as famílias efetuam a instrução da candidatura através da plataforma SIGA, a mesma utilizada para as candidaturas às refeições escolares e aos transportes, e referiu que a técnica responsável pelo acompanhamento do processo consegue identificar quando uma família inicia a candidatura. Acrescentou, que além da notificação de audiência prévia enviada formalmente, são também enviados alertas por correio eletrónico através da plataforma SIGA, bem como diretamente para o encarregado de educação e para o aluno, informando sobre o estado da candidatura, sendo ainda remetidos avisos adicionais quando o prazo se aproxima do seu termo. Reforçou ainda, que a Dra. Helena Nunes assegura o acompanhamento técnico, recebendo as famílias e explicando, passo a passo, os procedimentos na plataforma, uma vez que se verificou a existência de dificuldades no cumprimento dos passos burocráticos associados à instrução da candidatura.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar as Listas Definitivas de Bolsas de Estudo 2025/2026 a atribuir aos bolseiros do Ensino Secundário,



Pós-Secundário e Ensino Superior, nos exatos termos e condições das informações constantes no processo. -----

7 - FEIRA TRADICIONAL DE GADO DA RAÇA AROUQUESA – “FEIRA DOS 16”:-----

--- Processo Medidata n.º 4944/26 ---

Transcreve-se a informação de 26/02/2026 prestada pela técnica superior Helga Pissarra, corroborada pela chefe da DGFV Vera Silva:-----

“Vem a Freguesia de Cepelos solicitar apoio financeiro para a realização da “Feira dos 16” - Feira Tradicional de Gado da Raça Arouquesa, remetendo para o efeito, em 16 de fevereiro de 2026, o respetivo ofício n.º4944/26.-----

Dada a importância, cada vez mais evidente, de apoiar os produtores de raça bovina arouquesa no sentido de promover a “fixação” de jovens produtores pecuários, nomeadamente nos núcleos rurais do Concelho, de forma a incrementar a produção de animais de raça bovina arouquesa, no sentido de aumentar o efetivo de uma espécie autóctone no nosso Concelho e mostrar aos seus criadores a valia da raça valorizando a autenticidade do produto.-----

Considerando que este concurso tem por objetivo contribuir para o melhoramento e dispersão da raça arouquesa, daí a sua transformação para carácter a nível nacional, bem como, apreciar a evolução que se vem operando nesta raça, por ação da assistência técnica que se lhe vem prestando, através dos Serviços do Livro Genealógico/Registo Zootécnico.-----

Considerando a importância das Juntas de Freguesia na congregação dos interesses das suas gentes e locais;-----

Considerando que as parcerias locais podem atuar como força motriz do desenvolvimento económico local e das vivências e animação rural;-----

Considerando que a promoção do concelho é em parte indissociável da adoção de uma política coerente para o sector da agricultura, pecuária e turismo, procurando dar a conhecer àqueles que nos visitam o potencial da raça, recriando

2026.03.24

memórias e tradições ligadas à nossa história, valorizando desta forma o produto gastronómico local.-----

Considerando a importância de criar sinergias locais que se constituam como fatores de atratividade para novos e diversificados públicos.-----

Considerando ser competência da Câmara Municipal ao abrigo dos estipulados na alínea u), do número 1, do artigo 33º do Anexo da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, “apoiar atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesse para o município”; e alínea ff), do número 1, ao artigo 33º do Anexo da Lei 75/2013 de 12 de Setembro, “Promover e apoiar o desenvolvimento de atividades e a realização de eventos relacionados com a atividade económica de interesse municipal”.-----

Dado o carácter técnico do concurso e considerando a Junta de Freguesia de Cepelos como entidade interlocutora para a execução do Concurso de Bovinos de Raça Arouquesa, propõe-se manter o acordo de parceria nos moldes já anteriormente definidos, remetendo em anexo, o respetivo acordo de parceria, de forma a submeter à aprovação da Câmara Municipal.-----

Após a aprovação da Câmara Municipal o processo deve ser presente a reunião da Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto na alínea j) do nº1 do artigo 25º do Anexo I da Lei 75/2013.”-----

O vereador Miguel Aguiar Soares reforçou o que já tinha afirmado aquando da Feira ARESTAL, dizendo que, apesar de ser concedido o apoio logístico solicitado pela Junta de Freguesia, o apoio da Câmara Municipal poderia ser mais generoso, de modo a fomentar o crescimento e a projeção da referida feira.-----

O Sr. Presidente agradeceu o contributo e afirmou que, no ano seguinte, seria efetuada uma reavaliação, considerando que poderia efetivamente ser reforçado o apoio a estas atividades, dada a importância que assumem para o concelho e para a sua promoção.-----



Proposta de cabimento n.º 837/26 – 3.000,00€. -----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar a atribuição de um apoio no valor de 3.000,00€ (três mil euros) e manter o acordo de parceria com a Junta de Freguesia de Cepelos, no âmbito da realização da Feira Tradicional de Gado da Raça Bovina Arouquesa 2026 - "*Feira dos 16*", submetendo o assunto à **Assembleia Municipal**, conforme o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25 do RJAL, de acordo com as informações prestadas no processo.-----

8 – REVERSÃO DE PARCELA DE TERRENO – PROCESSO DE OBRAS SISTOP, LDA.-----

--- Processo Medidata n.º 8507/23 ---

Transcreve-se a informação de 05/02/2026 prestada pela técnica superior jurista

Isabel Mariano:-----

"Vem SISTOP, Automação de processos industriais, Lda, solicitar à Câmara Municipal a reversão do espaço/área por si cedido no âmbito de processo de obras particulares.-----

O Chefe da DPOGU, Dr. Armando Ribeiro, emitiu a presente pronuncia sobre a matéria: "(...) no caso de vir a ser deliberada favoravelmente a reversão, propõe-se que, dos 450 m2 inicialmente cedidos, apenas sejam objeto de reversão 387 m2, permanecendo os restantes 67 m2 afetos à retificação do traçado viário, conforme planta constante do processo."-----

Sendo que a Arquiteta Isabel Bastos, da DPOGU, informou o seguinte:

"apresenta-se a planta com o extrato do levantamento topográfico e do projeto das vias da Zona Industrial de Algeriz. A área necessária para o alargamento da Rua do Guardal e respetivo passeio corresponde a 67 m2, pelo que a área de reversão corresponde a 387 m2."-----

Por sua vez o Chefe da DOME, Eng.º Paulo Reis pronunciou-se sobre a matéria, da seguinte forma: Relativamente à parcela de terreno em questão, com uma área total de 387,0 m², informa-se que a mesma foi alvo de pavimentação em

2026.03.24

betão betuminoso por parte da Câmara Municipal. O encargo financeiro total associado a esta intervenção ascende a 3.870,00, calculado com base num valor unitário de 10,00 /m² + IVA.-----

Assim, estamos perante bens do domínio público que um particular tem interesse em integrar novamente no seu património.-----

Sendo que, são bens do domínio público autárquico aqueles que constam da CRP e da lei, inserindo-se neste as estradas e caminhos municipais e os bens do domínio público hídrico reservado para as autarquias locais. Os bens do domínio público estão sujeitos a um regime de direito público, dotado de especial tutela, daqui decorrendo as características dos bens de domínio público (cfr. artigo 18.º e seguintes do RJPIP): inalienabilidade, imprescritibilidade, impenhorabilidade e autotutela.-----

No entanto, nos casos em que existe falta de interesse da permanência de qualquer bem no domínio público, por deixar de satisfazer o interesse coletivo, a lei permite a sua desafetação do domínio público, para integração no domínio privado do município.-----

Assim, caso a Câmara Municipal considere pertinente a presente solicitação deverá dar início ao respetivo procedimento, dando publicidade à intenção de proceder à desafetação da parcela de terreno, em apreço através de edital. Decorrido o prazo concedido para o efeito (15 dias contados em dias úteis), nos termos do disposto no artigo 191.º do CPA, caso não sejam apresentadas quaisquer reclamações por parte dos interessados, cabe à Câmara Municipal deliberar propor à Assembleia Municipal, nos termos do disposto na alínea q), do n.º 1, do artigo 25.º, do anexo I da Lei n.º 75/2013, desafetar a referida parcela de terreno, do domínio público e integrá-la no seu domínio privado, com vista à solicitada reversão."-----



A vereadora **Mafalda Sofia Ferreira** constatando a existência de dois pavilhões, questionou se havendo reversão da parcela de terreno do domínio público para o domínio privado, os veículos pesados continuarão a ter condições de acesso ao pavilhão que está ao lado. -----

O **Sr. Presidente** respondeu que isso é uma questão entre privados e o proprietário do pavilhão, aquando do licenciamento é que terá de criar as condições de acesso ao mesmo. -----

A Câmara Municipal, com a abstenção da bancada do PPD/PSD, deliberou, por maioria, dar início ao procedimento de desafetação do domínio público para o domínio privado do município, de 387 m2, conforme planta com o extrato do levantamento topográfico e do projeto das vias da Zona Industrial de Algeriz, por deixar de satisfazer o interesse coletivo e nos exatos termos e condições das informações constantes do processo. -----

9 – APOIO AO CENTRO SOCIAL EPAROQUIAL DE S. PEDRO DE CASTELÕES – ERPI:-----

--- Processo Medidata n.º 1953/26 ---

Transcreve-se a informação de 24/02/2026 prestada pela chefe da DASE Paula Ferreira:-----

“Solicita o Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões o apoio da Câmara Municipal para comparticipação de despesas de investimento para a criação de Estrutura Residencial para Idosos, abreviado ERPI.-----

Analisado o pedido formulado pelo Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões, informo que se trata de dar cumprimento a uma candidatura que foi precedida de parecer do Conselho Local de Ação Social. Esta é uma condição básica para que, em sede de execução do investimento, a iniciativa possa vir a ser apoiada pela Câmara Municipal ao abrigo de Regulamento em vigor.-----

O Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões fez investimentos no valor de 1.052.930,24€ (valor com IVA incluído).-----

2026.03.24

O valor não participado por PRR foi de 365.634,72€.

Nos termos do Regulamento de Apoio às Instituições Particulares de Solidariedade Social em vigor “As obras serão participadas até ao limite de 10 % do valor suportado pela instituição (...) e os “apoios financeiros serão liquidados no ano seguinte ao da realização das obras, emissão e liquidação de faturas e de acordo com a disponibilidade financeira da Câmara Municipal”.

Analisadas as faturas remetidas aos serviços e assumindo o limite de 10% de participação o valor do apoio a atribuir pela Câmara Municipal é de 36.563,47€.

Face ao exposto, deixo à consideração da Câmara Municipal a atribuição de um apoio financeiro ao Centro Social Paroquial de S. Pedro de Castelões, no valor de 36.563,47€ para participação de obras para a criação da resposta ERPI.

Solicito à DFP a confirmação da existência de fundos no mapa aprovado e cabimentação da despesa para posterior submissão a deliberação pela Câmara Municipal.”

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira acrescentou que é fundamental o município apoiar estas estruturas fixas de resposta prolongada no tempo, porque são cada vez mais importantes. Disse, que na mesma linha que se tinha tido em consideração a questão do apoio a pessoas com deficiência e a resposta às pessoas com doença mental, também se deveria ter em consideração esta preocupação com as estruturas de resposta aos idosos. Acrescentou que este assunto é tanto mais importante quanto o enorme envelhecimento da população, e o número de idosos isolados que existem, não só na parte alta do concelho, mas também nas zonas urbanas.

A vereadora Mónica Seixas esclareceu, que no âmbito do Conselho Metropolitano de Vereadores da Ação Social da Área Metropolitana do Porto, apenas tinha destacado aquelas duas áreas por verificar que as mesmas não se



encontravam devidamente elencadas na redação da Carta Social Metropolitana. No entanto, salientou que a principal preocupação transversal a todos os municípios é a questão demográfica, com especial enfoque no envelhecimento da população. Neste contexto, referiu que está a ser preconizada uma abordagem diferente por parte das entidades envolvidas na elaboração da Carta Social, defendendo que a resposta não deverá passar pela criação de mais ERPI's (Estruturas Residenciais para Pessoas Idosas), mas sim pelo reforço dos serviços de apoio domiciliário. O objetivo é permitir que as pessoas possam envelhecer nas suas próprias casas, em ambientes familiares.-----

Acrescentou ainda que esta nova orientação implicará uma redefinição do papel das ERPI's, que tenderão a assumir-se mais como soluções de habitação colaborativa, ao mesmo tempo que se pretende fortalecer significativamente a rede de apoio domiciliário. -----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira reforçou a relevância do envelhecimento como uma das principais áreas de intervenção em vale de Cambra, destacando que o concelho apresenta a mais elevada taxa de envelhecimento entre os municípios vizinhos, agravada pela significativa dispersão geográfica da população. -----

A vereadora Mónica Seixas acrescentou que é precisamente com base nesses critérios que o CLDS - Contrato Local de Desenvolvimento Social tem sido atribuído ao município, permitindo uma intervenção direta nas aldeias mais remotas, com enfoque no envelhecimento ativo e na mitigação dos efeitos da dispersão territorial. -----

Retomando a palavra, **a vereadora Mafalda Sofia Ferreira** reconheceu o mérito do trabalho desenvolvido pelo CLDS, mas sublinhou que o concelho continua a necessitar de respostas mais especializadas e de carácter diário nesta área,

2026.03.24

defendendo a importância de um maior alinhamento de esforços para dar resposta a estas necessidades.-----

O Sr. Presidente concluiu referindo que o apoio atribuído pelo município é o possível, reconhecendo no entanto, que nesta área será sempre insuficiente face às necessidades existentes. Ainda assim, destacou que Vale de Cambra dispõe de uma rede social de apoio particularmente robusta, superior à da maioria dos concelhos vizinhos, evidenciando o trabalho do CLDS, das IPSS's e dos projetos desenvolvidos pelos técnicos da Câmara Municipal, num verdadeiro esforço articulado em rede, passível de contínuo aperfeiçoamento.-----

Por fim, **o vereador Vítor Tavares** considerou que a atribuição destes apoios deve ser encarada não como uma despesa, mas como um investimento com impacto duradouro no futuro, em contraste com outros gastos que não deixam efeitos estruturais. -----

Proposta de cabimento n.º 814/26 – 36.563,47€.-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, atribuir ao Centro Social e Paroquial de S. Pedro de Castelões, o apoio financeiro de 36.563,47€ (trinta e seis mil quinhentos e sessenta e três euros e quarenta e sete cêntimos), participação em 10% do valor da obra ERPI - Estrutura Residencial Para Idosos, conforme as informações constantes no processo. -----

10 – PEDIDO DE CEDÊNCIA DE ESPAÇO PÚBLICO – REDE DE FIBRA ÓTICA:- -

--- Processo Medidata n.º 5326/26 ---

Transcreve-se a informação de 12/03/2026 da técnica superior jurista Isabel

Mariano:-----

“DSTELECOM II Norte, Unipessoal, Lda., pessoa coletiva de direito privado, que exerce a atividade de operadora de telecomunicações, vem requerer a isenção do pagamento de taxa pela ocupação de um trato de terreno do domínio público, com área de 16,25 m2, para a instalação de um armário de comunicações, de uma rede de fibra ótica. Pedido que fundamenta no facto de que essa instalação



irá possibilitar o acesso à infraestrutura de comunicações eletrónicas a mais 1642 unidades habitacionais.-----

Salvo melhor opinião, a isenção solicitada não tem enquadramento nas isenções previstas nos artigos 6.º, n.º 2, 3, 4, 5, e 6 e, 7.º do Regulamento e Tabelas de Taxas do Município de Vale de Cambra, ao abrigo dos quais não poderá ser concedida.-----

Prevê, no entanto, o n.º 1 do artigo 6.º do referido Regulamento, uma exceção à regra, ao permitir que a Assembleia Municipal possa conceder isenções, sob proposta da Câmara Municipal, através de deliberação fundamentada.”-----

A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade, aprovar e remeter à Assembleia Municipal, a cedência de um trato de terreno, à empresa DSTELECOM II Norte, Unipessoal, Lda., para a instalação de um armário de comunicações, de uma rede de fibra ótica, e submeter a sua aprovação à Assembleia Municipal, nos exatos termos e condições das informações constantes do processo. -----

11 - INFORMAÇÕES E OUTROS PROCESSOS:-----

O Senhor Presidente da Câmara, André Agostinho Martins da Silva, prestou as seguintes informações:-----

- Listagem de pagamentos efetuados no período de 05/03 a 18/03/2025, no valor líquido total 897.593,35 € (oitocentos e noventa e sete mil quinhentos e noventa e três euros e trinta e cinco cêntimos).-----

A vereadora Mafalda Sofia Ferreira pediu esclarecimentos sobre dois pagamentos específicos (n.º 667 e 698), destacando que foram feitos à mesma entidade e apresentam valores muito semelhantes, o que levanta dúvidas que pretende ver clarificadas. Além disso, solicitou uma listagem completa das prestações de serviços, com o objetivo de compreender melhor quem presta

2026.03.24

serviços ao município e qual o impacto dessas contratações no orçamento municipal.-----

Por sua vez, o vereador **Miguel Aguiar Soares** reforçou um pedido já anteriormente feito: a disponibilização de um mapa detalhado de receitas e despesas, essencial para uma análise mais transparente e rigorosa da situação financeira do município.-----

- Requerimento de férias do vereador Nelson Martins: Dia 01/04/2026 (1 dia) e 17/08/2026 a 28/08/2026 (12 dias).-----

- Requerimento de férias do Sr. Presidente: 07/05 a 08/05/2026 (2 dias), 24/06 a 28/06/2026 (5 dias) e 03/08 a 14/08/2026 (12 dias).-----

- Listagem de processos de Obras Particulares, deferidos por despacho do vereador, Sérgio Soares, no âmbito das competências delegadas/subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal:-----

- Informação prestada pelo vereador Nelson Martins, do pelouro que possui no âmbito das competências delegadas e subdelegadas pelo Sr. Presidente da Câmara Municipal .-----

A Câmara Municipal tomou conhecimento das informações prestadas.-----

- PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

(Em harmonia com o disposto no n.º 2, do artigo 49.º, do RJAL, e o disposto na parte final do n.º 1 do mesmo artigo) -----

Do público presente, registou-se a inscrição de dois munícipes: -----

- **Fátima Witte**, residente na Póvoa de Santa Cruz, apresentou um conjunto de situações que carecem de intervenção. Referiu o condicionamento do acesso a viaturas de emergência, nomeadamente dos bombeiros, decorrente do alargamento de um muro que originou o estreitamento da via. Reportou igualmente dificuldades de circulação, em virtude da existência de buracos e de detritos (pedras) resultantes de obras de saneamento, que permanecem no local.



Alertou para a necessidade de implementação de sinalização vertical adequada, designadamente a colocação de sinal de proibição de estacionamento numa curva, por comprometer a visibilidade, bem como de sinalização indicativa de via sem saída, no caminho que apenas acede à sua casa.-----

No que respeita ao sistema de escoamento de águas, referiu que anteriormente existia um rego que assegurava a ligação entre o Paúl e Santa Cruz, com continuidade para os moinhos e para a levada, o qual deixou de existir, verificando-se atualmente que a água não chega aos campos dos agricultores.

Acrescentou que numa zona em que não existia uma levada, foi instalada uma grelha e um tubo sob a via, tendo encaminhado a água diretamente para o seu terreno sem o seu consentimento, solicitando a correção da situação.-----

Por fim, assinalou a necessidade de reposição de placa identificativa da localidade, uma vez que a anteriormente existente desapareceu.-----

O Senhor Presidente referiu que compete a si e ao executivo assegurar a resolução das situações apresentadas, garantindo que nenhum munícipe fique por atender. Mais informou que irá proceder à marcação de uma deslocação ao local com a munícipe, com o objetivo de se inteirar detalhadamente da situação e promover as diligências necessárias à sua resolução.-----

- Rui Miguel Gomes da Costa tomou a palavra, referindo que a sua presença foi motivada por dois assuntos em concreto.-----

Relativamente ao primeiro, informou que o mesmo se prende com o parque de estacionamento subterrâneo, tendo alertado para o não funcionamento dos elevadores, encontrando-se um inoperacional há cerca de dois anos e o outro avariado há aproximadamente duas semanas. Mais referiu a existência de diversas anomalias no sistema de segurança contra incêndios que, em caso de inspeção, poderão inviabilizar a utilização daquele espaço.-----

2026.03.24

De seguida, solicitou que lhe fossem dadas respostas céleres aos requerimentos que tinha apresentado em outubro do ano anterior, que tinha encaminhado por e-mail em dezembro e falou de algumas inconformidades que verificou existir nos processos por si consultados, relativamente a documentos técnicos apresentados à Câmara Municipal, os quais pede para serem verificados à luz da lei que os abrange. -----

O Sr. Presidente respondeu que se recordava de ter recebido os e-mails e ter procedido ao encaminhamento dos mesmos para os respetivos serviços, para resposta, comprometendo-se a verificar qual era o ponto de situação. Relativamente às questões relacionadas com o parque de estacionamento subterrâneo já estava a ser tratadas, pelo vereador do pelouro no sentido da sua resolução.-----

O Sr. Presidente ausentou-se definitivamente tendo o Sr. Vice-Presidente, Sérgio Miguel dos Santos Soares, assumido a condução dos trabalhos.-----

APROVAÇÃO, EM MINUTA, DAS DELIBERAÇÕES TOMADAS NA REUNIÃO: -
A Câmara Municipal deliberou, por unanimidade dos seis membros presentes, aprovar em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 57.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, na sua redação atual, todas as deliberações tomadas na presente reunião tendo em conta os documentos que constam dos processos Medidata referidos nos respetivos pontos, sendo a ata, no termos do n.º 2 do referido preceito legal, aprovada numa próxima reunião ordinária. -----

Nada mais havendo a tratar e sendo 11 horas e 15 minutos, o Sr. Vice-Presidente da Câmara, Sérgio Miguel dos Santos Soares, declarou encerrada a reunião, da qual se lavrou a presente minuta das deliberações tomadas que, após lida por todos os presentes, é assinada por si e pela secretária, Cristina Capelo, que a redigiu.-----




